

A NETWORK ANALYSIS NOS ESTUDOS SOBRE A FAMÍLIA: teorias e aplicações

FORTUNATA PISELLI ¹

Resumo

Este ensaio examina o conceito de “rede social” e a sua aplicação no âmbito dos estudos sobre a família. Demonstra-se que o conceito de network pode ser empregado de maneira diferente e pode delinear o fundamento teórico de duas tradições de investigação mais importantes neste âmbito: a interpretação analítica situacional e processual e, por outro lado, o desenvolvimento da análise quantitativa das relações entre os diferentes membros do sistema social no quadro duma interpretação analítica estrutural. São apresentadas as contribuições mais interessantes das duas tradições de estudo: por um lado, parentesco, amizade e comunidade, para delinear a estrutura da comunicação e troca interpessoal; por outro lado, o mercado do trabalho e a emigração, para considerar os problemas conexos com a integração de indivíduos e famílias nos sistemas de grandes dimensões.

Abstract

This essay examines the concept of “social network” and its application to the area of family studies. It demonstrates that the concept of network can be used in a different way and can delineate the theoretical foundation of the two main research traditions in this area: situational and process-related analytical interpretation, and the development of quantitative analysis of the relations between different members of the social system within the framework of a

¹Doutora em Sociologia da Comunidade Local. Professora Titular na Universidade de Nova Trento, Itália. E-mail: fortunatapiselli@soc.unitn.it

structural analytical interpretation. The most interesting contributions made by the two traditions are presented: on one hand, kinship, friendship and community, which delineates the structure of communication and interpersonal exchange; and on the other, the labor market and emigration, which considers the problems relating to the integration of individuals and families into large systems.

Palavras-chave

Comunicação Interpessoal; Antropologia Social; Família.

Key words

Interpersonal Communication; Social Anthropology; Family.

Introdução

O conceito de rede assumiu uma posição de grande relevância nas ciências sociais e orientou numerosos estudos sobre a família. É, há muito tempo, reconhecida a importância do contexto relacional no qual a família está inserida, seja para interpretar comportamentos, êxitos, recursos dos seus componentes, seja para explicar a articulação dos seus papéis internos. E todavia o uso do conceito e da imagem de “rede social” continua, frequentemente, a ser exclusivamente metafórico, isto é, sem especificar as propriedades morfológicas e interacionais das redes sociais e sem as relacionar com o comportamento dos indivíduos dentro delas. Por outras palavras, sem o emprego específico e restrito dos métodos de formalização estatística e matemática. Além disso, até as melhores sínteses críticas sobre o assunto deixaram de evidenciar que a abordagem de rede nos revela uma multiplicidade de enquadramentos diferentes entre si que se distinguem por vários aspectos: esquemas de referência teórico-conceitual, perspectivas e objeto de análises, métodos e técnicas empregadas.

O meu objetivo é duplo. Em primeiro lugar, vou apresentar e delinear a matriz teórica daquelas que são, a meu ver, as duas tradições de investigação mais importantes neste âmbito: a) por um lado, o desenvolvimento antropológico da network social no quadro duma interpretação analítica situacional e processual; b) por outro lado, o desenvolvimento da análise quantitativa das relações entre os vários membros do sistema social no quadro duma interpretação analítica estrutural. Vou propor a leitura dos “clássicos” das duas tradições de investigação relativamente aos âmbitos da família e das suas redes de relações.

Em segundo lugar, com base numa análise comparativa, procurarei discutir a validade e limites das duas tradições de estudo, para chegar a algumas conclusões acerca da importância das suas diferenças e examinar as suas perspectivas futuras.

○ network social na antropologia anglo-saxônica

O estudo dos networks sociais na antropologia social anglo-saxônica, no segundo pós-guerra, surgiu devido à insatisfação cada vez maior de numerosos investigadores para com os métodos convencionais da análise estrutural-funcionista. Os primeiros que assentaram as bases para a reelaboração crítica do estrutural-funcionalismo foram os investigadores da Escola de Manchester que, sob a direção de Gluckman, efetuaram as suas pesquisas na África a partir dos anos 40: em particular, Mitchell, Barnes, Van Velsen, Watson, Turner, Epstein.² Na África, estes estudiosos entraram em contato com sociedades de grandes dimensões, que apresentavam características de grande heterogeneidade, mobilidade, conflitualidade. O paradigma estrutural-funcionalista, que se desenvolvera através do estudo de sociedades tribais de pequenas dimensões, revelou-se bem cedo inadequado para enfrentar a análise de sociedades complexas que mudam rapidamente.

A análise estrutural-funcionalista, por definição, considera as sociedades como essencialmente estáticas, delimitadas por fronteiras precisas, compostas por grupos e instituições estáveis, onde as pessoas interpretam os seus papéis de maneira padronizada, adequando-se às normas prescritas. Unidades de análise é o *grupo corporado*: “um conjunto de pessoas recrutadas com base em princípios reconhecidos, com interesses comuns e normas que fixam direitos e deveres dos membros em relação uns aos outros, e a tais interesses” (Boissevain, 1968, p. 545-6). O antropólogo, segundo a lição de Radcliffe-Brown, deve estudar a *forma* que uma estrutura assume, ou seja, as normas, consuetudines, crenças (funcionalmente interdependentes) que dirigem os comportamentos e, integrando-se em harmonioso equilíbrio, dão coerência à totalidade do sistema. A estrutura social, ou melhor, a forma que ela assume, como um organismo natural, existe como fato social além dos indivíduos que a compõem. A mudança, que contradiz a assunção estrutural-funcionalista de equilíbrio, como objeto de estudo não é relevante e o comportamento que não se conforma às regras prescritas é considerado como desviante.

Tais conceitos não podiam ser aplicados com sucesso na realidade africana colonial e pós-colonial subvertida pela mudança. Na Zâmbia e Malawi (naquele tempo Rodésia do Norte e Nyasaland), centros de pesquisa do Rhodes-Livingstone Institute, os antropólogos britânicos se confrontavam com sociedades dotadas de sistemas políticos complexos que - entre adaptações e negação do controle e vontade política centralizadora dos brancos - conheciam intensos processos de destruturação interna e de integração em sistemas políticos de maiores dimensões dominados pelos colonos brancos: quer dizer, os sistemas de governo ou domínio indiretos que as autoridades coloniais, com maior ou menor sucesso, tentavam impor.

A sociedade africana, atacada e revirada pelo aproveitamento industrial dos brancos, conhecia processos velozes de penetração do mercado e da economia

² Para um enquadramento teórico e metodológico da Escola de Manchester, vejam-se Hannerz (1980), e a Introdução de Piselli (2001).

monetária, intensos fenômenos de urbanização, circulação contínua da mão-de-obra, entre áreas tribais e urbanas, encorajada pelas medidas do governo colonial e pelas companhias minerais. Os indivíduos iam e vinham continuamente, moviam-se entre espaços e mundos culturais diversos, cidades e vilarejos, mineiras e bairros residenciais; estavam envolvidos em redes de relações interpessoais mutáveis, cruzadas, contraditórias (no mundo industrial, territorial, tribal). Deviam desenvolver muitos papéis que atravessavam diferentes grupos e instituições, se estendiam nas diversas áreas dos sociais e - pela falta de referências e critérios homogêneos de comportamento - combinavam-se em modos sempre diversos, freqüentemente entre conflitos e tensões.

A mudança do objeto de estudo levou os antropólogos a dar novo rumo à investigação. A partir do ensinamento de Gluckman, eles elaboraram novos métodos de análise, capazes de afrontar o estudo de uma realidade fluida e instável. Eles recolheram e organizaram os seus dados em formas novas; aplicaram o princípio da seleção situacional para chegar a uma compreensão exaustiva do comportamento dos indivíduos nos diferentes contextos sociais. Colocaram no centro da análise situações de conflito e de crise para recompor a textura complexa das relações sociais e políticas. Chegaram, enfim, a ancorar a análise ao indivíduo como centro de relações que passam por âmbitos diversos, como sujeito de adaptações e estratégias inovadoras capazes de fazer compreender a mudança social. A *network analysis* é a contribuição mais avançada dos investigadores da Escola de Manchester. Eles empregaram primeiramente a idéia de rede social só em sentido metafórico (Van Velsen, Turner, ecc.), para depois transformarem a imagem de rede social num conceito analítico ao qual se poderia aplicar a teoria matemática dos grafos.

Os pioneiros

Foi Barnes (1954), um dos investigadores do grupo, o primeiro que introduziu a noção de *network social* de maneira sistemática no seu estudo sobre Bremnes, uma comunidade norueguesa de pescadores e camponeses. Barnes recorreu a *network* precisamente para afrontar o estudo das relações informais de parentesco, amizade e vizinhança, que não podiam ser abrangidas dentro dos conceitos da análise estrutural convencional e, em primeiro lugar, dentro do conceito de grupo corporado. Ele tencionava estudar “o funcionamento do sistema social de classe num país que se orgulha da sua igualdade social”. Para esse fim, havia decidido concentrar a sua atenção “nos tipos de relações cara a cara através das quais um sistema de classe – se houver um – pode agir”. (p.40)

Barnes começa por isolar dois “campos” de relações, no sistema social de Bremnes, que podem ser colocados no âmbito das categorias de análise convencional. O primeiro é o campo de relações que se estabelecem com base na pertença territorial. É constituído por “um largo número de unidades administrativas

duráveis, organizadas hierarquicamente”: as menores contidas nas maiores: elas são, de baixo para cima, a unidade residencial familiar, o bairro, a aldeia, até a paróquia de Bremnes que por sua vez faz parte de unidades territoriais mais amplas. Estas unidades são decididamente estáveis e definem relações sociais duráveis, porque a pertença dos membros muda muito raramente.

O segundo campo de relações é aquele que se estabelece com base no sistema industrial. As unidades deste sistema são as embarcações de pesca, as cooperativas de venda, as fábricas de óleo de arenque e assim por diante: são unidades autônomas, mas interdependentes, e cada uma delas é organizada internamente em uma hierarquia de comando. Também estas unidades, não obstante o *turnover* do pessoal e as mudanças que podem interferir na sua organização, possuem uma estrutura relativamente estável.

Barnes, todavia, cedo reconhece que um grande número de ações das pessoas que está a estudar não podem ser abrangidas nos termos da pertença territorial e industrial. Isola portanto um terceiro campo de relações pessoais que interfere e entrecorta o campo das relações do sistema industrial e territorial. Esse terceiro campo social “não tem unidade, nem fronteiras, nem uma organização coordenada”. É constituído pelas relações da amizade, parentesco, conhecimento que “cada um, crescendo na sociedade de Bremnes, em parte herda e largamente constrói por si só”.

Tais relações são diferentes para cada pessoa, porque dependem largamente das escolhas pessoais dos indivíduos; não são nem fixas nem estáveis “ porque se formam continuamente novas relações e velhas relações são despedaçadas”. Este campo é concebido por Barnes como um network: uma rede de relações flexível e discricionária, em que nem todos os componentes da rede se conhecem uns aos outros nem há - nem pode haver - interação entre eles. É este network de relações pessoais, e não a pertença ao sistema territorial e industrial, que permite compreender o funcionamento do sistema de classe e sustenta a ideologia igualitária. A classe, em outras palavras, não é uma agregação que se determina com base nas diferenças de rendimento, ou de colocação no mundo do trabalho; a classe social é “um network de relações entre duplas de pessoas que, mais ou menos, reconhecem-se reciprocamente o mesmo status social”. (p.45) É ainda o network que permite compreender o funcionamento da ação coletiva, seja em nível de comitês quer de administração local. Concluindo, em Bremnes, o network social sustenta o idioma igualitário e a identidade comunitária, é o principal fator de estabilidade no equilíbrio entre as diferentes classes e de consenso.

Depois da investigação de Barnes, o conceito de rede é desenvolvido por Elizabeth Bott (1971) no seu estudo sobre os papéis conjugais nas famílias londrinas. Bott também se serve do network porque não consegue interpretar as diferenças no grau de segregação dos papéis conjugais com base na classe social e na zona de residência; isto é, nos termos daqueles que poderemos chamar fatores institucionais. O seu trabalho constitui uma demolição sistemática do estrutural-funcionalismo, em particular da teoria de Parsons que havia formulado a hipótese do isolamento da família na sociedade urbana moderna. Bott demonstra, de fato, a riqueza e importância das ligações informais e dos grupos

primários também nas grandes cidades, em nível de trocas cotidianas, ajuda recíproca, suporte emotivo, controle normativo.

Ao contrário de Barnes, que havia analisado o network de um ponto de vista geral, Bott reconstruiu a rede das relações sociais com base no comportamento das pessoas reais. Estuda 20 famílias “normais” (*ordinary families*), na maioria operárias, mostrando que havia uma variação notável entre as maneiras de os cônjuges desempenharem as suas tarefas. Numa extremidade, há a família em que o marido e mulher desempenham as suas tarefas de maneira o mais possível separada e independentemente um do outro, com uma subdivisão nítida do trabalho; exceto alguma visita aos parentes, eles passam o seu tempo livre cada um por sua conta. Na outra extremidade há uma família em que o marido e a mulher compartilham o mais possível as atividades e passam junto a maior parte do tempo livre. Bott define a primeira família como tendo papéis segregados e a segunda como tendo papéis conjuntos. Outras famílias, definidas intermédias, situam-se entre as duas extremidades, com um grau notável de variação: isto é, os cônjuges desempenham conjuntamente algumas tarefas, e outras de maneira segregada.

Bott examina primeiramente se estas diferenças no grau de segregação dos papéis conjugais podem ser interpretadas com base na classe social e na zona de residência. Descobre que nas famílias operárias se encontra o mais alto grau de segregação dos papéis conjugais, mas existem várias famílias da classe trabalhadora que mostram relativamente pouca segregação e existem algumas famílias de profissionais em que a segregação é muito alta. Então a pertença à classe operária é uma condição importante mas não suficiente para explicar o mais alto grau de segregação. A análise do tipo de área de residência não dá resultado melhor. É verdade que as famílias com mais alto grau de segregação vivem em áreas homogêneas com baixa renovação da população, enquanto as famílias com papéis conjuntos vivem em áreas heterogêneas e de alto *turnover* da população. Aqui também, todavia, existem muitas exceções.

Bott passa depois a considerar mais de perto “o imediato ambiente da família”, isto é, o network das relações externas com amigos, vizinhos, parentes, clube, locais de trabalho e assim por diante, e formula a hipótese que a variação dos papéis conjugais possa ser associada com isto. Em primeiro lugar, aparece que as relações sociais externas da família são constituídas por um network, e não por um grupo organizado, ou seja por uma “configuração social” na qual somente alguns, não todos os componentes, têm relações recíprocas uns com os outros. Em segundo lugar, aparece uma grande variação na compacidade dos networks. Para “compacidade” Bott indica a medida em que as pessoas conhecidas pelas famílias se conhecem e encontram uma com a outra, independente destas. Algumas famílias têm um network com malha estreita (*close-knit*): os seus parentes, amigos, vizinhos e às vezes companheiros de trabalho, se conhecem uns aos outros, e frequentemente nestas várias categorias estão as mesmas pessoas. Outras famílias têm networks com malha larga (*loose-knit*): os parentes, vizinhos, amigos e companheiros de trabalho não se conhecem uns aos outros e os seus papéis não se sobrepõem.

Bott descobre que o grau de segregação dos papéis conjugais é correlato ao grau de compacidade do network total da família. Quanto mais alta é a compacidade do network, maior é o grau de segregação entre os papéis de marido e mulher. Quanto mais baixa é a compacidade do network, menor é o grau de segregação entre os papéis de marido e mulher. Bott, de tal modo, evidencia com ênfase que a articulação interna da família deve ser riferida ao modelo das suas relações exteriores.

Não é somente em nível da interação familiar que o network desenvolve um papel crucial. É também o fator decisivo que caracteriza o processo inteiro de socialização do indivíduo, de interiorização de normas e valores, de definição dos status e identidades, de elaboração dos modelos de classe e prestígio. É ainda o network das relações exteriores que permite compreender as formas de solidariedade recíproca e as dinâmicas do controle normativo: o network com malha estreita vincula a uma série de prestações recíprocas e exerce uma forte pressão normativa, enquanto o network com malha larga exerce um controle social e normativo menos opressivo, permitindo uma maior variação nas obrigações e nas normas de comportamento.

Bott não estuda só a morfologia do network, mas se preocupa em analisar também a sua evolução dinâmica através dos percursos biográficos dos cônjuges, as suas preferências, as genealogias familiares. Procura, de tal maneira, uma explicação situacional, processual, para referir ativamente o comportamento individual a situações longínquas no espaço e no tempo.

Redes de comunicação e de troca

A seguir os trabalhos precusores de Barnes e da Bott muitos investigadores aplicaram a noção de network social a problemas diferentes em uma variedade de situações. Podemos dizer, sinteticamente, que eles encararam duas ordens principais de problemas que, em grandes linhas, revelam as duas maneiras como foram considerados os networks sociais.³

1) A primeira delas refere-se ao fluxo de comunicação através do network, no respeitante à informação e sobretudo no respeitante à definição de normas. Quer dizer que o conceito de network foi utilizado para explicar as dinâmicas do controlo normativo e o que elas implicitamente determinam no respeitante ao comportamento dos indivíduos.

2) A segunda observa o fluxo de bens e serviços através do network, no respeitante ao uso instrumental das redes pessoais para o alcance de determinadas finalidades. O network foi estudado como um conjunto de relações que Ego manipula para fins pessoais.

No primeiro caso, salienta-se a influência da estrutura do network sobre a ação individual. No segundo, pelo contrário, salienta-se a maneira como Ego manipula o network para os seus escopos. Trata-se, naturalmente, de ações ideal-típicas: a

³ Para uma apresentação e interpretação global do conceito de network social na antropologia anglo-saxônica, vejam-se os dois ensaios de J.C. Mitchell nas antologias a seu encargo (1969a, 1973).

interação social incluirá sempre quer um fluxo de informações quer uma transferência de recursos e serviços, quer elementos de constrição e de manipulação. Caberá ao investigador salientar um ou outro destes aspectos, conforme os problemas que quiser encarar.

São, acima de tudo, as investigações do primeiro tipo as que focalizaram a família e as suas redes de relações. Estudaram as características morfológicas do network, tais como densidade, amplitude, etc. para analisar de que maneira elas influenciam o comportamento dos indivíduos que estão no centro do network. São desta natureza todos os estudos acerca da família e dos papéis conjugais, estimulados pela análise de Bott, e destinados a confirmar ou desmentir as suas hipóteses.

Outras investigações, por sua vez, focalizando a atenção sobretudo sobre a manipulação da comunicação através do network, evidenciaram a importância que a rede pode ter como instrumento de definição e de controlo social. O network desempenha um papel crucial na definição duma comunidade social e de interesses; na identificação das suas normas e valores de referência; nos processos de distinção e diferenciação; na construção das estratificações de prestígio; na articulação do controle normativo e na formulação de novas normas e modelos de comportamento. Neste âmbito tem um significado particular o estudo de Epstein (1969) sobre a difusão do mexerico ao longo do network dum membro típico da elite social de Ndola. Epstein demonstra que o mexerico define um círculo social e exprime as suas normas específicas de comportamento; oferece a ocasião para confirmar os valores comuns dos membros da elite e daí o sentido de identidade como classe social distinta.

A segunda direção em que se é desenvolvida a network analysis, como dissemos, refere-se aos conteúdos de troca das relações. Esta abordagem enfatiza os aspectos da escolha e do uso instrumental das redes pessoais pelos indivíduos; teve as mais importantes aplicações nos estudos sobre a política, a intermediação, o conflito. Não existem estudos focalizados exclusivamente sobre a família e as suas redes de relações, mas eles entram na análise como elemento importante de manipulação pelos indivíduos e grupos.

Mayer (1969) em seu estudo sobre as eleições para o Conselho Municipal em Dewas (India) mostra como os vínculos de parentesco, como outros vínculos que derivam de categorias diferentes de pertença, são ativados de modo instrumental com o objetivo de assegurar a vitória política do candidato. Harries-Jones (1969) demonstra a importância dos vínculos baseados no parentesco, assim como sobre a origem comum rural e residencial (os denominados vínculos "home-boy"), para estabelecer as "bases" organizacionais do Partido Unido de Independência Nacional (UNIP) em Luanshya, uma cidade da Copperbelt. Em primeiro lugar, demonstra como as redes pessoais são utilizadas a nível local, para organizar as "sessões" de partido nos bairros; em segundo lugar, demonstra como são utilizadas pelos líderes políticos para afirmar e reforçar o seu poder e como, em específicas situações, podem tornar-se cruciais para a estabilidade e sucesso político. Assim, todos os estudos de Boissevain (1974) sobre as formações de coalizões e facções e sobre os processos de intermediação política e econômica, mostram como as relações familiares e de parentesco

constituam um dos instrumentos mais eficazes através do qual se possam obter poder e prestígio social. O *broker*, o mediador de profissão, precisa de uma rede de aliados e sócios seguros, e a família e os parentes oferecem, de facto, a solução frequentemente buscada e mais tranquilizante.

Análise situacional e processual

A abordagem de rede, então, ofereceu uma via para estudar os processos da interação e da mudança social, superando desta forma os limites da abordagem estrutural-funcionalista ligada à análise dos grupos corporados dotados de fronteiras e aos modelos de equilíbrio estático.

Já Mitchell, em dois importantes ensaios sobre os trabalhos dos investigadores da Escola de Manchester (1969b, 1973) apresenta o conceito de *network* como uma categoria complementar e não substitutiva da análise estrutural: isto é, o *network* é um instrumento metodológico que consente um “diferente tipo de abstração e explicação” dos comportamentos efetivos em relação à abordagem estruturalista, julgada inadequada para explicar a interação social na sua riqueza de detalhes e complexidade.

O problema, como é evidente desde os termos iniciais da polémica em relação ao estrutural-funcionalismo, é que é necessário desembaraçar-se completamente do conceito de grupo corporado e das estruturas institucionais. A fratura decisiva da abordagem de rede em relação ao estrutural-funcionalismo é constituída pelo fato dos *networks* serem mais relacionados aos indivíduos do que aos grupos. E a consequência desta ênfase sobre o indivíduo (embora um indivíduo social) torna necessária “rever completamente o esquema de referencial teórico” (Boissevain 1968, p. 544). Quando o nível de abstração muda com a introdução de um novo tipo de análise – e claramente o fato de que a ênfase se altere do grupo para o indivíduo significa uma mudança similar no nível de abstração – mesmo as definições dos conceitos sociológicos gerais devem mudar, ou devem-se construir novos conceitos. Como afirma Banck (1973), o estudioso que com maior clareza faz emergir o caráter específico da *network analysis*: “Uma vez que se escolhe a *network analysis* (uma escolha estratégica para obter a melhor explicação dos dados empíricos), deve-se manter as proposições e o nível de abstração implícita nesta. Não é que se escolhe voluntariamente de não interessar-se pelos grupos puros; mas, se deve fazer isto por definição (p.39). Do mesmo modo deve mudar a definição do conceito de papel. Este não deve ser tomado como modelo de comportamento que “é dado e fixado na estrutura institucional da sociedade e ao qual o indivíduo deve adequar-se através do processo de socialização e através da interação com outras pessoas. “O indivíduo, de fato, pode manipular o próprio papel e usá-lo para modificar a própria posição: “ele recobre o papel (*role-bearer*) ou exercita um papel (*role-performer*) através do qual manipula o seu *network* de relações sociais”, para aumentar o seu controle sobre pessoas e recursos e ocupar uma posição superior (Banck 1973, p. 42).

Naturalmente a nível empírico existem grupos e instituições que possuem fronteiras e membros, e os indivíduos fazem parte destas: escolas e igrejas, fábricas e sindicatos. Mas o *lugar* do estudo não é o *objeto* do estudo. Os analistas do network não estudam os grupos e as instituições. Estudam os indivíduos *dentro* dos grupos e das instituições. Estudam como os indivíduos são condicionados pelo tecido das suas dependências externas mas ao mesmo tempo as usam de acordo com os seus interesses e as modificam; estudam como os indivíduos através das redes pessoais se ramificam, se projetam nas instituições, as usam em vantagem própria, alteram seu funcionamento, suas finalidades; estudam como os indivíduos se movem entre âmbitos institucionais e culturais diversos, são inseridos em redes múltiplas de relações e recobrem papéis conflituais, entre contradições e tensões. Em conclusão, não estudam as formas, estudam os processos de interação e troca entre uma multiplicidade de âmbitos sociais e culturais. O que caracteriza esta tradição de estudo é uma reação contra a abordagem estática e os modelos de equilíbrio; assumindo que a mudança social se realiza através de uma evolução multilinear, graças a “ação criativa” dos atores, em um movimento dinâmico de progressiva diferenciação.

É possível, neste ponto, avaliar a contribuição específica que a abordagem de rede na tradição processual, situacional pode oferecer aos estudos sobre a família. Antes de tudo, consente centrar a análise não tanto e não somente na família, mas na relação entre indivíduo e família em estreita relação com o contexto relacional e ecológico. O network, constituído pelas relações diretas e indiretas, está ancorado em indivíduos focais, mas envolve os vínculos entre indivíduo e família e todos os vínculos externos desta: de parentesco, vizinhança, amizade, proteção, clientela, etc. Mostra como os comportamentos dos indivíduos dentro da família possam ser individuados e compreendidos somente através das suas redes de relações externas e, vice-versa, como a articulação das relações externas seja influenciada pelos vínculos familiares internos. Não só isto. O network nos permite adquirir uma capacidade perspectiva e interpretar o comportamento individual não somente com base na atualidade, instantaneidade das relações, mas também com base na recaída de relações memorizadas, interrompidas, perdidas no tempo. O indivíduo também é condicionado por acontecimentos distantes: a morte de um genitor, a perda de uma pessoa cara, podem exercer uma forte influência sobre seu comportamento. Isto é particularmente importante nos estudos sobre a família, sobretudo quando se abordam temas como mal-estar, e as várias formas de infração.

A network analysis consente uma grande flexibilidade analítica: pode estar ancorada nos pais e filhos, maridos e esposas, conjuntamente ou de maneira separada; pode considerar redes parciais ou totais de um indivíduo, ou o inteiro network familiar; pode isolar networks parciais em relação a particulares aspectos da atividade social: vínculos políticos, econômicos, obrigações parentais, relações de trabalho etc. A network, sobretudo, reconstrói o tecido das relações externas, mas permite manter a distinção entre os campos de interação familiares e individuais. Por isso, a abordagem de rede é particularmente adequada para estudar três ordens de problemas, conexos entre eles. Em primeiro lugar, a network é um instrumento particularmente adequado para estudar a estratificação e a

mobilidade social; para reconstruir as dinâmicas das escolhas do indivíduo em relação ao grupo familiar e ao grupo de referência externo; para determinar em que medida a rede social condiciona a definição da identidade do indivíduo e da sua família; em que medida orienta as escolhas do indivíduo e contribui para diferenciar a sua atividade e aspirações em relação ao grupo familiar. Em segundo lugar, a *network analysis* é um instrumento particularmente adequado para analisar o papel da família nos processos de integração nas sociedades de vasta escala: permite, de fato, reconstruir as dinâmicas através das quais a família mobiliza os seus recursos de solidariedade para projetar-se em todos os campos da vida social, econômica e política; permite identificar em que modo as alianças familiares e parentais estão na base das estratégias econômicas, se refletem e se transformam em grupos de negócios, se decompõem e recompõem dentro de partidos políticos, de aparatos burocráticos, influenciam as estratégias de recrutamento ocupacional. Em terceiro lugar, enfim, a *network analysis* é a abordagem mais idônea para afrontar o estudo de situações de crise e de conflito em que convergem e se condensam todas as expressões e os níveis, as persistências e as descontinuidades dos processos da mudança social. Para analisar, em particular, como se evoluem conteúdos, códigos e agregações familiares e parentais no conflito político e na vingança mafiosa, ou em qualquer outra forma de organização criminal.

O network social na análise estrutural americana

O estudo dos networks sociais que, sobretudo a partir dos anos 70, se desenvolve na sociologia americana, nasce de exigências opostas às dos investigadores anglo-saxões. Estes, conforme vimos, aproveitam a *network analysis* para superar os limites do estrutural-funcionalismo. Os sociólogos americanos, pelo contrário, servem-se do network como instrumento intelectual fundamental de estudo da estrutura social, para afirmar - com bases novas e recorrendo a rigorosos instrumentos de representação matemática - os princípios analíticos do estruturalismo (excluindo porém as análises *need-driven* do funcionalismo). A característica desta abordagem está no fato de ela se relacionar, explicitamente e diretamente, com o conceito de *estrutura social* definida como “um modelo persistente de relações sociais entre posições sociais” (Laumann e Pappi, 1976, p. 6). Os analistas estruturais - assim se definem a si próprios os investigadores que usam este tipo de abordagem - devem analisar e descrever os modelos estáveis de relações entre as partes elementares do sistema social (utilizando instrumentos derivados da teoria matemática dos grafos), e devem procurar descobrir os efeitos destes modelos sobre o comportamento dos membros que do mesmo sistema fazem parte, quer sejam pessoas, grupos ou organizações. Analisam então, as estruturas das relações independentemente das funções exercidas pelos vários segmentos da estrutura.

É claro que a *network analysis* se insere na tradição disciplinar interessada no estudo da ação social. Mas, ao contrário das análises que explicam o comportamento dos atores sociais segundo suas qualidades (sexo, idade, gênero, status ocupacional, etc.) ou segundo a orientação dos valores interiorizados (Parsons), os analistas estruturais dirigem a atenção às relações entre os atores e explicam o comportamento em termos de restrições estruturais (Wellman, 1988). Em outras palavras, explicam comportamentos e ações somente em relação às posições dos atores na estrutura social.

O estruturalismo americano se coloca no filão de importantes tradições de estudo que, mesmo afirmadas com uma sua autonomia epistemológica e disciplinar, mostram mais que um contato recíproco. Em primeiro lugar, se reconhece a influência da sociologia clássica alemã, de Simmel em particular. Da complexa obra do estudioso, são a sociologia formal e a micro-sociologia que estuda as formas de relações interpessoais no âmbito dos pequenos grupos a despertar o interesse dos analistas estruturais. Além da sociologia clássica alemã, são duas, na América, as tradições principais dos estudos às quais se refere à análise estrutural. Por um lado, a teoria da “Gestalt” na psicologia, desenvolvida por Kohler, Moreno, Lewin e Heider: todos estudiosos alemães que fugiram da Alemanha nazista e se estabeleceram na América nos anos 30. Por outro lado, a teoria estrutural-funcionalista de Radcliffe-Brown, que orientou os estudos de Warner e Mayo, em Harvard e Chicago, nos anos 40.

Mas é somente com a escola que se cria em Harvard, a partir do ensinamento de Harrison White, que a *network analysis* se confirma como um método de análise estrutural e como uma área específica de análise sociológica. Duas inovações matemáticas foram os elementos-chave que provocaram esta mudança: 1) o desenvolvimento das interpretações algébricas dos *networks* sociais e 2) as invenções das técnicas de escalas multidimensionais (*multidimensional scaling – MDS*) (Berkowitz, 1982). Em consequência destas inovações, os pesquisadores de Harvard desenvolveram os seus estudos em uma direção precisa: aquela da análise estrutural orientada matematicamente, quer dizer voltada a delinear os modelos das relações da estrutura social através do uso de instrumentos algébricos.⁴

Redes de parentesco, amizade e vizinhança

Os analistas estruturais americanos visaram dois domínios principais de investigação, que refletem os dois pontos de vista nos quais basearam o estudo das redes e definiram e delimitaram o assunto da sua investigação. Por um lado, parentesco, amizade e comunidade, para delinear a estrutura da comunicação interpessoal; por outro, as redes do poder, dos negócios, do mercado, para delinear os modelos estruturais dos processos de grandes dimensões. No primeiro caso, os analistas estruturais concentraram-se no estudo de pequenos *networks egocêntricos* (ou pessoais) partindo de indivíduos “focais” para estudar como as redes são

⁴ Para uma panorâmica completa do conceito de *network* na análise estrutural americana, veja-se Berkowitz (1982), Burt (1982), Wellman e Berkowitz (1988), Scott (1991). Para uma avaliação e comparação entre as tradições de investigação anglo-saxônica e americana, veja-se Piselli (2001).

percebidas pelos indivíduos que se encontram no centro delas. No segundo caso, dirigiram a análise sobre o *inteiro network*, a fim de descrever, como observadores externos, as relações que ligam todos os membros de um sistema social.

Vou considerar somente os estudos sobre os networks egocêntricos relativos às relações interpessoais, porque somente estes abordaram as temáticas relativas à família. Estes estudos - em sintonia perfeita com a tradição antropológica - forneceram contribuições importantíssimas para o debate teórico sobre o assunto. Com efeito, contrariamente às teorias predominantes que delineavam a quebra das ligações interpessoais e o isolamento da família na realidade urbana moderna, com progressivos fenômenos de desintegração e alienação do indivíduo nas sociedades de massa (Parsons e Nisbet mas, antes deles, Tonnies, etc.), estes estudos documentaram amplamente a vitalidade e persistência das relações interpessoais também na metrópole contemporânea, e a sua importância no transmitir informações e no assegurar suporte material e emotivo aos membros do grupo. Já a literatura dos anos 50 e 60 tinha descoberto a importância da família e amizade nas grandes áreas urbanas. Mas os analistas estruturais vão além destas primeiras investigações descritivas e estudam de maneira sistemática a composição, os conteúdos, os modelos das relações sociais e os seus efeitos sobre o comportamento dos indivíduos; além disso, estudam os sistemas de integração dos networks pessoais (definidos *comunidades pessoais*) na subdivisão do trabalho de vasta escala.

Os estudos se concentraram sobre aquele que se tornou o tema clássico da análise estrutural americana no âmbito da sociologia da família: o *support system*. Entre os estudos com maior significado neste âmbito há os de Wellman (1982; Wellman - Carrington - Hall 1988) e Fischer (1982). A de Wellman é uma investigação longitudinal relativa aos moradores dum bairro urbano de Toronto, realizada em duas alturas sucessivas (1968 e 1978): nela analisa-se a estrutura dos networks pessoais também em relação a situações de mudança. A investigação de Fischer, por sua vez, analisa os efeitos da urbanização de um ponto de vista comparativo, utilizando uma série de surveys que se efetuaram em várias localidades da Califórnia, com dimensões variáveis, desde as aldeias rurais até à cidade de São Francisco. Vejamo-las em pormenor.

Na primeira investigação sobre East York, zona residencial de Toronto, Wellman e os seus colaboradores entrevistaram uma amostra de 845 pessoas adultas, para obterem informações sistemáticas acerca das relações interpessoais de cada uma delas, e em particular sobre as 6 relações mais íntimas. Na segunda investigação, que foi realizada entre 1977 e 78, foi estudada profundamente uma sub-amostra de 34 pessoas escolhidas entre a amostra original de East York. Os investigadores obtiveram informações mais ricas e mais extensas sobre a composição e as dinâmicas das *comunidades pessoais* (considerando não somente as seis mais íntimas mas todas as relações): em particular, acerca do tipo de recursos que circulavam entre os membros da comunidade, e a influência da estrutura do network sobre a interação pessoal. Utilizaram métodos elaborados de quantificação para estudar características e conteúdos das relações.

A investigação de Wellman reflete a linha “dura” da abordagem de rede. A análise focaliza os modelos de relação e interpreta o comportamento como sendo originado por restrições estruturais, sem nenhuma margem para as escolhas individuais. Seguem este rumo uma grande parte das investigações sobre a família e em particular sobre o suporte social. Estudaram-se e quantificaram-se rigorosamente as redes relativamente à várias fases do ciclo de desenvolvimento familiar e individual: na adolescência, maturidade, velhice, nas situações de divórcio e transferência residencial, etc. Mediram-se as restrições estruturais do network em relação a determinados comportamentos (adaptação à maternidade/paternidade, uso da violência física contra as crianças e os cônjuges, alcoolismo, etc). Estabeleceu-se uma conexão demasiado grande entre densidade e amplitude do network por um lado, e saúde, longevidade e bem-estar dos indivíduos, por outro.

Fischer, pelo contrário, alinha com os que utilizaram o network de maneira “flexível”: evidencia como a rede constitui um elemento de restrição, mas também um recurso; sublinha as limitações estruturais na construção e manutenção do network pessoal, mas também os aspectos de escolha. O seu estudo, *To Dwell among Friends*, faz uma comparação sistemática dos networks das pessoas que moram nas grandes áreas urbanas e das que moram em pequenas localidades.

Foram entrevistadas 1050 pessoas (homens e mulheres) em vinte zonas em volta de São Francisco, relativamente aos seus networks pessoais. Eram todas pessoas que falavam inglês, tinham como mínimo 18 anos, e eram residentes permanentes. Revelavam bastante bem a diversidade das características residenciais, económicas, de educação, ocupação, género e ciclo de vida desta parte da Califórnia.

Fischer demonstra que a urbanização acarreta efeitos para a vida pessoal, mas não se trata dos efeitos postulados pelas teorias standard. Também os habitantes de zonas urbanas, bem como os das pequenas localidades, estão inseridos em network de relações pessoais, que proporcionam suporte, sociabilidade, ajuda recíproca. Em geral, a grande cidade oferece maiores oportunidades, sobretudo aos jovens e solteiros, para se encontrarem e associarem com pessoas semelhantes por experiências, interesses, gostos e valores compartilhados; favorece portanto a criação e a definição das sub-culturas. Daí deriva, na realidade urbana, um network muitas vezes maior e mais espesso que o dos moradores de zonas rurais: comparados com estes, os indivíduos que moram nas grandes cidades têm maiores possibilidades de seleção e escolha pessoal. Atenção, porém. Fischer evidencia muito bem que a escolha e a seleção são influenciadas por específicas variáveis estruturais: educação, ocupação, renda, ciclo de vida e género. O autor não deixa de sublinhar que a personalidade do indivíduo pode ter um papel importante na criação e manutenção dum amplo network: certos tipos de personalidade talvez se encontrem em camadas socioeconómicas mais elevadas, caracterizadas por uma maior sociabilidade; as economias urbanas seletivamente atraem residentes com grandes recursos pessoais. Fisher considera, portanto, a influência dos fatores estruturais no comportamento, mas não deixa de atribuir importância aos fatores pessoais e às opções subjetivas.

Outros autores - também eles dentro desta linha “flexível” - procuraram individuar as interdependências entre limites estruturais e exigências individuais. São particularmente relevantes alguns estudos de clara implantação psicológica, que aplicaram a abordagem de rede aos problemas do desenvolvimento e da socialização, dentro de um ponto de vista ecológico. A investigação mais completa relativamente a estes problemas foi a de Cochran e seus colegas (1990). Eles analisaram os networks de pais e filhos inseridos em diferentes contextos sociais, étnicos e culturais, para estudarem em que medida o meio ambiente tem influência nos processos de construção do network e se reflete, portanto, no desenvolvimento humano e no comportamento. Evidenciaram a maneira como as redes sociais determinam, desde a infância, os percursos de socialização, o êxito escolar, influem na construção da identidade e na formação do sistema cognitivo.

Redes pessoais e processos de grandes dimensões: trabalho e emigração

Um segundo importante filão de estudos sobre os networks egocêntricos considera os problemas conexos com a integração de indivíduos e famílias nos sistemas de grandes dimensões. As relações pessoais foram analisadas no respeitante a numerosos fenómenos macro, tais como a mobilidade social, as dinâmicas do mercado de trabalho, a organização política e assim por diante. Vamos escolher um âmbito específico de investigação, o do mercado de trabalho. Dentro dele, evidenciaram-se duas tendências principais: por um lado, os estudos que atribuem maior importância à força das relações fracas ao definirem as oportunidades de mobilidade no sector de emprego; por outro lado, os estudos que afirmam a importância das relações fortes.

O teórico da força das relações fracas foi Granovetter no seu clássico estudo *Getting a Job* (1974). A sua investigação continua a ser um modelo exemplar de análise, mesmo depois de muitos anos: com efeito, pela primeira vez, estudou de maneira sistemática a incidência da interação pessoal sobre os fenómenos macro; ao mesmo tempo, delineando os diferentes modelos de acesso, nos networks, a certos recursos, como por exemplo os do trabalho, submeteu a uma crítica global tanto os estudos dos economistas como dos sociólogos.

Granovetter estuda a maneira como as pessoas obtêm informações acerca das oportunidades de trabalho. Examina uma amostra de 282 empregados: profissionais, técnicos e managers (PTM) de Newton, um subúrbio de Boston; todos homens que tinham mudado, ou começado o seu primeiro trabalho, nos últimos cinco anos. Demonstra que os contatos informais, pessoais, eram os meios principais através dos quais os indivíduos tinham encontrado o trabalho: tratava-se de 56% dos seus entrevistados, e em particular tratava-se sobretudo de informações relativas aos trabalhos mais bem retribuídos. O autor mostra assim que a informação no mercado de trabalho não se difunde através dos modelos de “procura” elaborados pelos economistas, mas através de processos sociais que

não dependem do comportamento de mercado. Quer dizer que os indivíduos não mudam de trabalho porque agem segundo os critérios da racionalidade econômica (comparando retribuições e relativos custos com vista à maximização), mas porque aproveitam informações obtidas casualmente cada vez que os contactos as proporcionam. As pessoas mais importantes no oferecimento de informações são contatos de trabalho ou conexos com o trabalho. Raras vezes se trata de pessoas de família ou de amigos e, em geral, são pessoas empregadas em trabalhos diferentes das pessoas entrevistadas. Granovetter formula, assim, a notória tese da “força das relações fracas”. Não são as pessoas com quem estamos ligados por relações “fortes” as que fornecem as melhores informações sobre o trabalho, mas as com quem estamos unidos por relações “fracas”. A força da relação - e conforme poderemos ver, isto irá suscitar críticas áspers - é avaliada na base da soma do tempo passado junto.

O senso comum, *a priori*, nos leva a pensar que as pessoas mais motivadas para dar informações sobre o trabalho seriam aquelas com quem temos relações “fortes”. Ao contrário, fica demonstrada a tendência estrutural para obter as melhores informações sobre o trabalho através das relações “fracas”. Isso ocorre, porque os conhecidos - isto é, os vínculos fracos - em comparação aos familiares e aos amigos íntimos, circulam em meios diferentes dos seus. Fazem uma ponte entre dois networks, e assim põem o indivíduo em contato com circuitos de informações diferentes daqueles que lhe podem oferecer os vínculos íntimos. Isto indica com clareza que a estrutura prevalece sobre a motivação; amigos íntimos poderiam ser mais disponíveis do que os simples conhecidos para exercerem a sua influência, mas sabemos que eles se encontram menos freqüentemente na posição estratégica para o fazer.

Já dissemos que outros estudos afirmam um ponto de vista oposto: são as relações “fortes”, familiares, de parentesco e de amizade íntima - e não as “fracas” - o elemento crucial capaz de ocasionar as oportunidades de mobilidade no emprego. A autora que sustenta com maior decisão e convicção esta tese é, sem dúvida, Margaret Grieco. Na sua obra *Keeping it in the Family* (1987), encontramos a evidência empírica de um trabalho decenal desenvolvido em diferentes regiões industriais inglesas; aí fica demonstrado de maneira inequívoca que as relações familiares e de parentesco constituem o principal fator de recrutamento e organização do trabalho.

A primeira investigação foi feita em Aberdeen, onde se analisaram a fundo dez fábricas de tratamento do peixe que dependiam do trabalho feminino *part-time*, integrado periodicamente por trabalho feminino casual. O segundo *case-study* trata da história de emprego de um network familiar desde a sua originária localização num bairro de Londres até às sucessivas ramificações em diversas áreas industriais inglesas. O terceiro caso é o da emigração de um grupo de trabalhadores escoceses na siderúrgica de Corby em Northamptonshire.

Através das suas análises, Grieco submete a uma crítica sistemática o trabalho de Granovetter e refuta um por um os seus critérios de investigação. São duas as críticas cruciais que lhe dirige e que, no fundo, podem reduzir-se a um assunto só: a definição de “força” da relação. Granovetter, como vimos, define a força

das relações com base na frequência do contato. Grieco demonstra, ao contrário, que a baixa frequência do contato físico não pode ser, de forma alguma, tomada como evidência de fragilidade da relação nem de escassa transferência da informação: este fato afigura-se particularmente claro no caso das cadeias migratórias. Com efeito, parentes que moram em áreas geográficas distantes, com os quais os contatos são raros e esporádicos, representam todavia um vínculo forte particularmente útil para facilitar a mobilidade ocupacional. Em todos os casos considerados o parentesco é o canal de transmissão da informação de trabalho que transforma a oportunidade em um verdadeiro sistema de recrutamento.

Em segundo lugar, Grieco põe em evidência a importância das obrigações recíprocas que caracterizam a relação. Granovetter não considera às normas de reciprocidade. Não entrevista os conhecidos que passaram as informações. Não considera se a informação foi dada em troca de um favor recebido no passado, nem indaga sobre a força da relação depois da passagem da informação. Grieco demonstra que o parentesco implica o cumprimento de obrigações recíprocas que reproduzem e garantem no tempo a relação: passar a informação significa pagar uma dívida do passado ou criar uma nova para o futuro. Os parentes se ajudam reciprocamente na procura de trabalho e a ajuda prestada dá um novo estímulo às suas relações.

É claro que não podemos minimizar as divergências que há nos trabalhos de Granovetter e Grieco. Contudo, se considerarmos o conjunto, veremos que se desenvolvem dentro do mesmo modelo interpretativo e visam o mesmo alvo: demonstrar a complexidade do mercado de trabalho e a importância das variáveis sociais através das quais se desenrola o processo econômico. Ambos criticam a teoria de Parsons dominante na sociologia industrial, segundo a qual a modernização e industrialização, com as exigências de mudanças e a afirmação de critérios meritocráticos e universalísticos, teriam tornado irrelevante o papel da família e das relações pessoais no contexto de trabalho. Ambos evidenciam as implicações dos processos de interação de pequena escala sobre os fenômenos macro, e a inadequação das teorias econômicas - em particular os argumentos do *push* e *pull* - para explicar as dinâmicas do mercado de trabalho e das emigrações.

Por que afinal os resultados de suas pesquisas são tão diferentes? Um elemento que emerge com força dos seus trabalhos é a importância do contexto: o lugar e o momento da procura do trabalho, as condições gerais do mercado no momento da procura, e o tipo de trabalho. Granovetter estuda a mobilidade no emprego relativamente aos trabalhos mais qualificados na realidade de uma grande cidade americana, numa altura em que há uma falta grande de pessoal no setor de emprego que ele examina. Numa situação deste tipo, onde o trabalho está ligado a credenciais formais, as relações fracas não surpreendem. Grieco, pelo contrário, realiza a sua investigação em comunidades industriais com grande presença de imigrados que fazem trabalhos flutuantes e precários. Em tais situações, caracterizadas por um elevado grau de concorrência entre as forças de trabalho e por escassa importância das credenciais formais, as relações fortes tornam-se o principal fator de mobilidade ocupacional.

Modelos matemáticos e análises quantitativas

Se nos ativermos somente a este balanço dos estudos dos analistas estruturais no campo das relações interpessoais, obteremos uma imagem singularmente reduzida e, em certo sentido, distorcida. Granovetter e Grieco não podem com certeza ser considerados analistas estruturais ortodoxos, e o trabalho de Fisher é apresentado pelo próprio Berkowitz (1982) em contraposição à abordagem ortodoxa de Laumann. Tudo isso não é sem razão. É um índice, entre os muitos outros, da escassa significação e da dificuldade de leitura de muitas pesquisas na área das análises estruturais conduzidas dentro da linha “dura”.

Como vimos, os analistas estruturais estudaram diretamente os modelos de relações entre as unidades de um sistema – sejam eles indivíduos, famílias, grupos, instituições – e desenvolveram métodos de análises e formalização matemática destas relações, na direção de uma interpretação analítica estrutural. Descreveram a rede de relações com base em dois critérios principais: a) a posição na rede da unidade em exame (central, isolada, etc); b) as características e propriedades da rede no seu conjunto (amplitude, densidade, compacidade e, também, fluxos de recursos, reciprocidade das relações, etc). Utilizaram três principais técnicas matemáticas para formalizar os resultados da observação: 1) o conceito matemático de equivalência estrutural: dois atores são equivalentes, e por isso intercambiáveis, na medida em que as suas relações com os outros atores são idênticas; 2) a teoria dos grafos, através da qual as unidades do sistema e as relações entre as unidades são representadas por nós coligados entre si por linhas (atalhos); 3) as medidas de distância social: as relações são traduzidas em matrizes relacionais, que por sua vez são transformadas em matrizes de distância, sobre as quais se calculam diferentes índices matemáticos.

As vantagens das técnicas quantitativas e dos métodos de formalização matemática são notáveis: permitem esclarecer características não explicadas dos fenômenos, de descobrir propriedades e conexões “profundas” não verificáveis pela observação; permitem sintetizar as características e a natureza das relações através de parâmetros e modelos matemáticos que tornam possível a comparação. E contudo, a linguagem da matemática arrisca escapar do controle do investigador. Muitos estudos, de fato, vieram orientando sempre mais a respeito da elaboração dos modelos matemáticos e da manipulação estatística das relações com uma superprodução de gráficos e índices estatísticos e um progressivo achatamento das problemáticas da análise. Em suma, uma abordagem nascida e criada para entender as relações entre indivíduos e grupos sociais se transformou em um sistema analítico altamente formalizado do qual indivíduos e grupos sociais progressivamente desapareceram. Técnicas quantitativas e modelos matemáticos, como instrumentos, tornaram-se a finalidade das análises.

Certamente, estes são os excessos. Mas também seguindo a linha das pesquisas examinadas, podem ver, junto às potencialidades da abordagem de rede na análise estrutural, também as fraquezas. A análise das redes - como é feita na linha “dura” de Wellman, Berkowitz e Burt - postula, por exemplo, uma contiguidade direta entre forma e conteúdo, com a construção de modelos

rígidos. Com base nos princípios da “equivalência estrutural” se postula que quem ocupa uma posição equivalente àquela de um outro num network se comporta, pense, e sinta do mesmo modo; postula-se também que o volume e as características quantitativas das relações determinam mecanicamente saúde, longevidade, e até mesmo a felicidade das pessoas que estão no centro. Nega-se toda possibilidade e capacidade do ator social de acondicionar e interpretar o seu contexto.

De resto, é na mesma comunidade científica que tinha contribuído para construir o modelo estrutural que emergem as críticas diretas a “atenuar” o determinismo das origens. Harrison White, em um trabalho de sistematização teórica (1992), requer uma revisão crítica da versão “forte” da análise estrutural americana, em direção a uma abertura da abordagem estratégica e às temáticas da contingência e ambigüidade.

Neste ponto podemos nos perguntar: se estes são os limites, qual é afinal a produtividade, a significação da abordagem de rede nos estudos dos analistas estruturais? É grande, grandíssima, como mostram os estudos discutidos acima, se conseguem evitar a rigidez da linha dura. A análise estrutural, de fato, re-orientou a análise social. Superou os limites das análises baseadas nos atributos individuais para recolocar as unidades sociais no quadro geral de relações, fora do qual não podem assumir seu verdadeiro significado. Traçou a morfologia diferencial das oportunidades de indivíduos e grupos, descobrindo os limites intransponíveis, “estruturais”, que condicionam os comportamentos e as possibilidades de melhoramento e mudança. Coligou e especificou os conteúdos das relações entre micro e macro sistema. Produziu novas e importantes informações no campo da família e das relações interpessoais que ofereceram contribuições de extrema importância ao debate teórico relativo aos processos de urbanização, industrialização, burocratização.

Exatamente no campo dos estudos sobre a família, a análise estrutural deu e pode dar os melhores frutos: primeiro de tudo permite escolher como unidade de estudo seja o indivíduo quer a família e então realizar a análise em níveis diversos: dentro e fora da família, entre indivíduos e família, entre famílias, etc. É uma metodologia especialmente apta para enfrentar três tipos de problemas: 1) para estudar os condicionamentos do grupo de referência externa sobre indivíduos e famílias e mostrar a maneira em que o comportamento é modelado e vinculado pelos networks sociais; 2) para delinear os modelos das conexões pessoais e familiares nos circuitos da vida econômica e política; 3) para estudar a estratificação, ou seja, a estrutura dos grupos de *status* e os mecanismos da mobilidade social.

Conclusão

Extremei as posições das duas tradições de estudo justamente para mostrar, de ambas, os limites, os contrastes, as confluências. Com insistência salientei as suas

diferenças: em nível de elaboração teórica, perspectivas e objeto de análise, métodos e técnicas empregadas.

Os cientistas sociais anglo-saxões estudam, a partir dos comportamentos individuais, os processos de construção das formas e dos espaços sociais em uma perspectiva situacional e diacrônica. Colocam-se dentro de um quadro interpretativo que parte do princípio da mudança social como processo de diferenciação, que enfatiza a descontinuidade e a diferença na história. Os analistas estruturais americanos, ao invés, estudam as relações entre as unidades do sistema para lhes descrever morfologia e estrutura em uma perspectiva sincrônica. Estudam mais a forma das relações que os seus conteúdos. Colocam-se dentro de um quadro interpretativo que recusa a profundidade histórica através da qual se modelam as relações e os espaços sociais, e postula uma ordem de inter-relações e interdependências sistêmicas das quais é possível descrever as formas e fixar os modelos das conexões profundas.

Os estudiosos anglo-saxões vêem o indivíduo condicionado por fatores externos e, ao mesmo tempo, capaz de manipulá-los em seu favor. Consideram as redes como vínculos e como recursos da ação individual: o ator social está condicionado pela sua rede mas tem espaços de autonomia e capacidade criadora. Os americanos, ao contrário, sublinham o condicionamento das relações exteriores sobre o comportamento individual, deixando margens de manobra escassas ou nulas ao ator social.

Naturalmente também os métodos e técnicas empregadas são diferentes. Os cientistas anglo-saxões, graças à redução de escala do objeto de estudo, usam métodos e técnicas da “observação participante” e da análise situacional, em combinação com entrevistas aprofundadas a um número limitado de pessoas, uso de diários pessoais etc. Os analistas estruturais americanos, ao invés, dada a escala das próprias operações de pesquisa, usam as técnicas quantitativas de investigação através do uso de questionários, e desenvolveram métodos de análise quantitativa cada vez mais sofisticados.

Também a formalização matemática, qualitativa, possui finalidades opostas. Os anglo-saxões aplicaram a teoria dos grafos para a formalização individualizante dos fenômenos: para evidenciar as propriedades, as conexões individuais na sua complexa especificidade. Os americanos, ao invés, usaram métodos e conceitos algébricos com vista à formalização generalizante dos fenômenos, a fim de individuar, para além das propriedades e conexões individuais, as propriedades comuns dos fenômenos, as conexões estruturais e sistêmicas que estão na base dos fatos observados. Além disso, como dissemos, recorreram aos métodos estatísticos de formalização quantitativa

A tradição de investigação dos analistas estruturais americanos revelou-se “vencedora” em relação à análise situacional, processual dos antropólogos anglo-saxões. Estes últimos tiveram o momento mais significativo de influência teórica e produtividade analítica durante os anos 50 e 60. Foram levados até o início dos anos 70 com a importante síntese dos trabalhos de grupo a cargo de Boissevain e Mitchell em 1973. Posteriormente ficaram estagnados, mostraram sinais de cansaço progressivo e desagregação até que a sua influência chegou ao fim.

Apenas recentemente as suas práticas analíticas foram retomadas, com sucesso, em alguns estudos sobre a emigração, entre os quais é particularmente significativo aquele de Werbner (1990) sobre a comunidade paquistanesa de Manchester.

A partir dos anos 70, ao contrário, foram os analistas estruturais a obter os maiores sucessos. Afirmaram-se em todo campo de estudo e âmbito disciplinar – com ramificações acadêmicas, escolas, e revistas especializadas – adquirindo sempre novo prestígio e nova importância; e depois de ter tido grande difusão e sorte na América, a sua influência se estendeu para o mundo inteiro. Isso não significa que a corrente vencedora seja aquela mais produtiva para a pesquisa. Com certeza é a mais fácil e segura e desta forma a mais procurada.

Mas devemos ver em tudo isso somente a prova de um contraste irreduzível, de uma diferença insanável? Certamente não. Até agora evidenciei as diferenças. Mas, como eu disse, existem também as junções, os pontos de contato, as trocas recíprocas. Efetivamente as duas linhas de estudo se mesclaram, conviveram, com trocas recíprocas contínuas. Desenvolveram-se para enfrentar os mesmos problemas das sociedades complexas, que não podiam ser encarados com os instrumentos convencionais; passaram através das mesmas experiências, freqüentemente chegando às mesmas conclusões.

Com certeza, conforme se escolha uma ou outra, o significado e o papel das redes e do espaço social se modificarão. Mas a verdadeira diferença que as divide não é técnica, é ideológica. Os cientistas sociais anglo-saxões, começando por Gluckman, se posicionaram criticamente em relação ao estrutural-funcionalismo e à aceitação da integração e do equilíbrio do sistema social que este implica; quer dizer, das formas classificatórias pré-concebidas, dos modelos padronizados e uni-direcionados, com a consciência do caráter parcial e provisório do saber, das contradições e imprevisibilidades dos processos sociais. Os analistas estruturais americanos assumiram um comportamento de confiável positivismo: seguros do poder explicativo dos seus instrumentos, acham poder desafiar e dar respostas válidas e atendíveis a qualquer problema e fenômeno; pretendem controlar a realidade social a partir de um presumido conhecimento exaustivo da regularidade estrutural que a subentende; de poder reduzir a complexidade da experiência à simples modelos de racionalidade matemática e formulas estatísticas.

Tudo isto não significa que uma tradição de estudo dever ser salva, e a outra refugada. Considero, realmente, que seja necessário “ultrapassar”, transpor as fronteiras marcadas entre as diferentes linhas de pesquisa, fazê-las dialogar, combinar as suas diversas exigências. Em suma, colocar junto a atualidade da sincronia com a perspectiva diacrônica; a análise morfológica das relações com a determinação dos processos e das cadeias de ações que em elas convergem, com os seus entrelaces, interações, pontos de rompimento.

Exatamente por isso eu me esforcei para definir as duas diversas perspectivas de análise, as suas exigências cognitivas, as suas afinidades, os seus métodos, as fronteiras que as separam: exatamente para que uma possa comparar-se com a outra e ambas possam tirar proveito da colaboração e da troca fundada no

conhecimento preciso das respectivas exigências. Teoria e metodologia empregada devem desenvolver-se em estreita conexão com o seu objeto de investigação. E então, será sempre o pesquisador que selecionará, todas as vezes, os instrumentos de pesquisa e de elaboração teórica mais adequados para a análise dos problemas que pretende afrontar.

Referências

- BANCK, G. A. **Networks analysis and social theory: some remarks.** In: BOISSEVAIN, J.; MITCHELL, J.C. (Eds.) 1973, pp. 37-43.
- BARNES, J. A. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. In: **Human Relations**, v.7, n.1, pp. 39-58.
- BERKOWITZ, S. D. **An Introduction to Structural Analysis: The Network Approach to Social Research.** Toronto: Butterworths, 1982.
- BOISSEVAIN, J. The place of non-groups in the social sciences. In: **Man**, n.3, pp. 542-56. Friends of Friends, Basil Blackwell, Oxford, 1968.
- BOISSEVAIN, J.; MITCHELL, J. C.(Eds.) **Networks Analysis: Studies in Human Interaction.** Mouton, The Hague, Paris, 1973.
- BOTT, E. **Family and Social Network.** London: Tavistock Publications, 1971.
- BURT, R.S. **Toward a Structural Theory of Action.** New York: Academic Press, 1982.
- COCHRAN, M.; LARNER, M.; RILEY, D.; GUNNARSSON, L.; HENDERSON, C. R. **Extending Families: The Social Networks of Parents and Their Children.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- EPSTEIN, A. L. **Gossip, Norms and Social Network.** In: MITCHELL, J. C. (Ed.) 1969a, pp. 117-27.
- FISCHER, C. S. **To Dwell Among Friends: Personal Networks in Town and City.** Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- GRANOVETTER, M. S. **Getting a Job.** 2.ed. Cambridge: Harvard University Press / Mass. University of Chicago Press, 1994.
- GRIECO, M. **Keeping it in the Family.** London-New York: Tavistock Publications, 1987.
- HANNERZ, U. **Exploring the City: Inquiries Toward an Urban Anthropology.** New York: Columbia University Press, 1990.
- HARRIES-JONES, P. **"Home-boy" Ties and Political Organization in a Copperbelt Township.** In: MITCHELL, J. C. (ed.), pp. 297-347, 1969.
- LAUMANN, E. O.; PAPP, F. U. **Networks of Collective Action: A Perspective on Community Influence Systems.** New York-San Francisco-London: Academic Press, 1976.
- MARSDEN, P. V.; LIN, N. (eds.) **Social Structure and Network Analysis.** Beverly Hills-London-New Delhi: Sage Publications, 1982.
- MAYER, A. C. The Significance of Quasi-Groups in the Study of Complex Societies. In: BANTON, M. (ed.) **The Social Anthropology of Complex Societies.** London: Tavistock Publications, pp. 97-122, 1969.

- MITCHELL, J. C. (ed.) **Social Networks in Urban Situations**. Manchester: Manchester University Press, 1969a
- MITCHELL, J. C. The Concept and Use of Social Network. In: MITCHELL, J. C. (ed.) **Social Networks in Urban Situations**. Manchester: Manchester University Press, pp. 1-50, 1969b.
- MITCHELL, J. C. **Networks, norms and institutions**. In: BOISSEVAIN, J.; MITCHELL, J. C. (eds.), pp. 15-35, 1973.
- PISELLI, F. (ed.) **Reti. L'analisi di network nelle scienze sociali**. Roma: Donzelli, 2001.
- SCOTT, J. **Social Network Analysis**. London-Newbury Park-New Delhi: Sage Publications, 1997.
- WELLMAN, B. **Studying personal communities**. In: MARSDEN, P. V.; LIN, N. (eds.), pp. 61-80, 1982.
- WELLMAN, B. **Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance**. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (eds.), pp. 19-61, 1988.
- WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S.D. (eds.) **Social Structure: A Network Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- WELLMAN, B.; CARRINGTON, P.J.; HALL, A. **Networks as personal communities**. In: WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. (eds.), pp. 130-84, 1988.
- WERBNER, P. **The Migration Process**. New York-Oxford-Munich: Berg, 1990.
- WHITE, H. C. **Identity and Control**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

